

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO  
BENEFICENTE PAULO DE TARSO TRAVÉS DO HOSPITAL  
FILANTRÓPICO – HOSPITAL PAULO DE TARSO, VISANDO A  
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.**

**Processo nº: 01.003.344.20.50  
Inexigibilidade de Licitação**

O Município de Belo Horizonte, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS-BH**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, situada na Av. Afonso Pena, 2.336 – Bairro Savassi – BH/MG neste ato representada por seu Secretário Municipal de Saúde, **JACKSON MACHADO PINTO**, brasileiro, e inscrito no CPF/MF sob o nº 175.498.336-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a **ASSOCIAÇÃO PAULO DE TARSO/HOSPITAL PAULO DE TARSO GERIATRIA E REABILITAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.226.044/0001-37, CNES nº 2695375 com sede na cidade de Belo Horizonte, à rua Estoril nº 207, Bairro São Francisco, CEP 31.255-190, neste ato representada por seu Presidente **CARLOS EDUARDO DOS SANTOS COSTA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade sob o nº MG-12.985.880, expedida pela SSP/MG, e CPF sob o nº 068.883.706-90 e pelo Diretor Administrativo, **NIVALDO ALVES DA SILVA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade sob o nº MG 386.796, expedida pela SSP/MG, e CPF sob o nº 155.106.976-87, conferindo-lhes poderes para, em conjunto, gerir e administrar a instituição em tela doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 a 200, a Lei Orgânica do Município as Leis 8.080/90 e 8.142/90, as normas gerais da Lei 8.666/93 de Licitações e Contratos Administrativos e respectivas alterações, Lei nº 12.101/PR, de 27/11/2009 (CEBAS), Decreto nº 7.082 de 27/01/2010 (REHUF), Decreto nº 7.508 de 28/06/2011, Decreto nº 7.646 de 21/12/2011, Decreto Municipal nº 15.185 de 04/04/2013, Portaria nº 072/SMSA/SUS-BH de 05/04/2019, Portaria nº 1.097/GM/MS de 22/05/2006, Portaria nº 204/GM/MS de 29/01/2007, Portarias GM/MS nº 2848, de 06/11/07, Portaria nº 1.559/GM/MS de 01/08/2008, Portaria nº 4.279/GM/MS de 30/12/2010, Portaria nº 1.459/GM/MS de 24/06/2011, Portaria nº 1.600/GM/MS de 07/07/2011, Portaria nº 1.970/GM de 16/08/2011 (CEBAS), Portaria nº 3.088/GM/MS de 23/12/2011, Portaria 963/GM/MS de 27/05/2013 (SAD), Portaria nº 3.390/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 3.410/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 483/GM/MS de 01/04/2014, RDC nº 63/ANVISA de 25/11/2011, Portaria nº 649/SAS/MS, de 27/07/2015, Portaria nº 698/SAS/MS, de 04/07/2015 e considerando as disposições que se encontram estabelecidas no Plano Operativo e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO**

Em decorrência do auxílio financeiro emergencial por meio da **Lei nº 13.995 /2020** que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à **Pandemia da Covid-19** estabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) do FNS/MS ao FMS/SUS-BH, em **02 (duas) parcelas**, definido pelo Ministério da Saúde sob o critério de rateio aos Estados, DF e Municípios para o controle de forma controlada do avanço da  **PANDEMIA COVID-19**.

**Parágrafo Primeiro:** O repasse desta 1ª parcela, estabelecida na **Portaria 1.393 GM/MS de 21.05.2020**, é no montante de **R\$ 127.504,55 (cento e vinte sete mil, quinhentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)** à **CONTRATADA**, encontra-se baseado pelo Ministério da Saúde no quantitativo de leitos SUS cadastrados no Cadastro Nacional de Saúde até 12/05/2020 constantes nos Planos de Contingências dos Estados, Distrito Federal e das santas casas e dos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos situados neste Município que possuem presídios, atribuindo proporcionalmente à quantidade de leito do estabelecimento o valor da parcela.

**Parágrafo Segundo:** Este recurso financeiro temporário, 1ª parcela, não integra em nenhuma hipótese, o teto da remuneração da prestação de serviços contratuais.



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PAULO DE TARSO TRAVÉS DO HOSPITAL FILANTRÓPICO - HOSPITAL PAULO DE TARSO, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

Processo nº: 01.003.344.20.50  
Inexigibilidade de Licitação

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE DE RECURSO EMERGENCIAL

A CONTRATADA deverá aplicar, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para atendimentos à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para o aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão como a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a **Pandemia da Covid-19** e, ainda a contratação dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

**Parágrafo Único:** A CONTRATADA deverá prestar contas da aplicação dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde/SUS-BH e disponibilizar em site oficial específico da rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº13.995/2020 e no art. 4º da Lei 13.979 de 2020 e neste Termo.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONTRATANTE

A prestação de contas ocorrerá nos termos da cláusula décima segunda do CONTRATO original e por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas previstas neste termo ficam vinculados à transferência de recursos do Ministério da Saúde advindos da Portaria MS/GM nº1.393/20 para as entidades hospitalares nessas especificadas, correndo à conta de dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde nº 2302 3401 10 302 203 2894 0001 339039 61 03 50 - Prestação de serviços médico-hospitalares ambulatoriais.

## CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do CONTRATO original, que não colidirem com este TERMO.

E, por estarem justas e de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2020.

Jackson Machado Pinto  
Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS-BH/FMS

Carlos Eduardo dos Santos Costa  
Presidente da Associação Paulo de Tarso/Hospital Paulo de Tarso Geriatria e Reabilitação

Nivaldo Alves da Silva  
Diretor Administrativo - Associação Paulo de Tarso/Hospital Paulo de Tarso Geriatria e Reabilitação

## TESTEMUNHAS:

Assinatura/RG1 Int. 190 - BM 857-3-8  
Diretor de Regulação de Média e Alta  
Complexidade em Saúde  
DPMACS/SMSA/SUS-BH

Assinatura/RG  
CRM 27688 / CPF: 518.413.716-53  
Gerente de Controle e Avaliação  
Página 2 de 2 / SUS-BH